



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 23/2020 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES

1.0 INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 14, da Lei 8.666/93, no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei nº 10.520/2002, ao art. 3º, XI c/c o art. 8º, II do Decreto Federal n. 10.024/2019, bem como o disposto no Decreto 7.892/2013, com as alterações promovidas pelo Decreto 8.250/2014, e Instrução Normativa nº 004/2008 – TRE-RO elaboramos o presente Termo de Referência.

2.0 – DO OBJETO

Formação de Ata de Registro de Preços para aquisição de **Materiais de Consumo – Hospitalares**, conforme especificações e quantidades descritas detalhadamente nas tabelas abaixo:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	APRESENTAÇÃO	Qtd
1	268236	Soro fisiológico 0,9%, 100 ml frasco, estéril prazo mínimo de validade remanescente de 18 meses	FRASCO	50
2	269876	Clorexidina degermante 02%, frasco com 1l, prazo mínimo de validade remanescente de 24 meses	FRASCO	10
3	269878	Clorexidina digluconato 0,5 % alcoólica, uso externo, pronta para uso, tipo riohex, com 1000 ml, com prazo de validade mínima remanescente de 1 ano	FR	6
4	405501	Seringa descartável com agulha 25x7, capacidade 3 ml, prazo mínimo de validade remanescente de 18 meses	UNIDADE	100
5	293025	Hastes flexíveis com ponta de algodão, caixa com 150 unidades. Prazo mínimo de validade remanescente de 18 meses	CAIXA	20



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

6	430355	Curativo adesivo pronto, medindo 1,9cm x 7,6 cm , prazo mínimo de validade remanescente de 18 meses	UNIDADES	2000
7	36348	Caixa coletora para pérfurocortante. Alça dupla para transporte. Contra-trava de segurança. Produzido de acordo com NBR 13853, revestimento interno que evita perfurações e vazamentos. Capacidade total de 3 litros. Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses.	UNIDADE	50
8	47961	Absorvente íntimo externo sem abas com validade mínima remanescente de 18 meses, pacote com 8 unidades	PACOTE	100
9	443022	Campo operatório, 100% algodão, descartável 45x50 cm, pacote c/ 50 unidades. Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses.	PACOTE	6
10	269587	Compressa gaze, material tecido 100% algodão, descartável, tipo 13 fios/cm2, modelo cor branca, isenta de impurezas, 8 camadas, largura 7,50 cm, comprimento 7,50 cm, 5 dobras. Pacote com 500 unidades. Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses.	PCT	30
11	397516	Agulha com tamanho 30X7 descartável com bisel trifacetado siliconizado. Caixa com 100 unidades Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses	UNI	500
12	377341	Agulhas de acupuntura 0,25x15 cabo espiral inox, esterilizada com mandril de plástico. Deve ser apresentada CAIXA COM 1000 UNIDADES, EMBALADAS de 10 em 10, com um mandril p/ cada 10 agulhas. Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses.	UNIDADE	40.000



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

13	442382	Envelope para esterilização, Papel Grau Cirúrgico (Gramatura mínima 60 G/m2) 9 x 26 cm, tipo fechamento auto-selante. Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses.	UNI	4000
14	442382	Envelope para esterilização, Papel Grau Cirúrgico (Gramatura mínima 60 G/m2), largura 15 x 25, tipo fechamento auto-selante. Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses.	UNI	4000
15	428620	Touca descartável sanfonada, confeccionada, com elástico especial em todo o perímetro da touca. 100% polipropileno tamanho 19" (45 x 50 cm), PACOTE COM 100 UNIDADES. Com prazo de validade mínimo remanescente de 3 anos.	PCT	20
16	315056	Água destilada - 5l - Com prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses.	GALÃO	10
17	269946	Luvas cirúrgicas estéreis, tamanho 6,5 com prazo de validade mínima remanescente de 18 meses	UN	20
18	269838	Luvas cirúrgicas estéreis, tamanho 7,5 com prazo de validade mínima remanescente de 18 meses	UN	20
19	269891	Luvas de procedimento de látex tamanho PP, ambidestra, com superfície texturizada, sem pó, caixa contendo 100 unidades.	CX	20
20	279727	Algodão, tipo hidrófilo, apresentação em bolas, material alvejado, purificado, isento de impurezas, esterilidade não estéril, pacote com 100G. Com prazo de validade mínima remanescente de 18 meses	PCT	20

21	281555	Fio sutura, material seda, composta de fibroína, com perda gradual de força tênsil com o decorrer do tempo, tipo fio 4-0, cor preto trançado, comprimento 45, características adicionais com , agulha, tipo agulha 1/2 círculo cortante, comprimento agulha 1,7 cm estéril. Marca sugerida: Ethicon ou marca equivalente ou de melhor qualidade. Com prazo de validade mínima remanescente de 18 meses.	UNI	72
22	437881	Fita adesiva autoclave confeccionada com dorso de papel crepado à base de celulose. Recebe, em uma de suas faces, massa adesiva à base de borracha natural, óxido de zinco e resinas e, na outra face, uma fina camada impermeabilizante de resina acrílica. Ideal para o fechamento de pacotes que serão esterilizados em autoclave, funciona como indicadora de esterilização, pois possui listras diagonais de tinta termoreativa que, quando submetidas à esterilização, mudam sua coloração de branco para preto. 19mm x 30m. Com prazo de validade mínima remanescente de 18 meses.	UN	6
23	374880	Lençol descartável de polipropileno, com elástico, cor branca para maca. Com prazo de validade mínima remanescente de 18 meses.	UNI	300

3.0 – DA JUSTIFICATIVA

Em atendimentos ao art. 2º, da IN nº 004/2008-TRE-RO, este instrumento foi elaborado em conformidade com os seus princípios basilares, quais sejam: planejamento e objetividade.

Com a participação dos servidores do SAMES foi realizado o levantamento de necessidades e, considerada a disponibilidade orçamentária elaboramos este pedido.

Justificamos a aquisição de materiais de consumo hospitalares para a utilização nas dependências do TRE-RO pelas seguintes razões:



1. Os recursos financeiros disponíveis para custeio da saúde dos servidores têm sido utilizados na totalidade para cobrir as despesas com o plano de saúde contratado com a Unimed NNE;
2. A aquisição de materiais hospitalares é considerada fundamental para mantermos suprimento regular e prestarmos assistência adequada e imediata aos servidores em serviço, sempre que se fizer necessário, conforme determina a RESOLUÇÃO Nº 03 de 31 de março de 2015, Art. 3º:

3.1 DA ASSISTÊNCIA DIRETA

De acordo com o Art. 3º da Resolução nº 3/2015- TRE-RO, a assistência direta será realizada nas dependências do TRE-RO pelos profissionais de apoio especializado da área de saúde do seu quadro de servidores e compreenderá:

- I – assistência médica voltada ao atendimento ambulatorial, pronto-atendimento, pequenas urgências, perícias, licenças médicas e exames periódicos;
- II – assistência odontológica com enfoque na prevenção de patologias bucais, limitada aos atendimentos de emergência, aos casos de perícia odontológica, dentística não laboratorial, cirurgia oral menor, radiografias periapicais e interproximais;
- III – fornecimento de medicação básica relativa ao pronto atendimento.

A existência da Seção de Assistência Médica e Social, diretamente vinculada à Secretaria de Gestão de Pessoas, o qual tem por função exercer todas as atividades relacionadas com o atendimento médico, odontológico e social aos servidores e seus dependentes, membros do Tribunal e servidores à disposição da Justiça Eleitoral é a demonstração clara da importância dada pelo Tribunal com o cuidado e a valorização de todos que aqui laboram. Tal preocupação foi ratificada no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO do Tribunal quando definiu como um de seus OBJETIVOS ESTRATÉGICOS O APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS. A aquisição pretendida vai justamente ao encontro desse objetivo, uma vez que o aperfeiçoamento se materializará na manutenção do atendimento do ambulatorial que é prestado pelo SAMES.

O quantitativo ora solicitado foi obtido levando-se em consideração o consumo em anos anteriores.

3.2. DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em



consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

Além disso, o objeto deste Termo de Referência vem ao encontro do planejamento estratégico deste Tribunal, especialmente:

- Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

3.3. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

3.3.1. Respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, a CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental na execução dos serviços, devendo observar, no que for cabível, a Instrução Normativa n. 01 de janeiro de 2010, da SLTI do MPOG, que versa sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços e obras pela Administração Pública Federal, direta, autárquica e fundacional e a Lei n. 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

3.3.2. Deverá ainda atender, no que couber, ao Decreto n. 7746/2012, de 05/06/2012, que estabelece critérios, prática e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, dentre outras:

- a) Menor impacto sobre recursos naturais como a flora, fauna, ar, solo e água;
- b) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e,
- f) Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

4.0 DA FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. DA NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS



É conveniente para a Administração que os materiais ora solicitados sejam adquiridos de forma parcelada pelas seguintes razões:

I – A formação de registro de preços independe de indicação da dotação orçamentária (art. 7º, § 2º, do Decreto 7892/2013). Isso implica em dizer que a Administração não precisa esperar que se libere o orçamento da União para deflagrar o certame. A formação de registro de preços, de imediato, permite que as aquisições ocorram com celeridade, tão logo haja a indicação da fonte orçamentária, resultando em eficiência nas atividades administrativas.

II – A formação de registro de preços permite a otimização do espaço disponível. A compra de todos os materiais para todo o exercício demandaria um espaço físico deveras elevado se a aquisição se desse em parcela única, não havendo espaço disponível para isso.

III – Alguns itens em questão possuem estoque atual, cuja aquisição não necessita ser imediata, mas que certamente se dará no curso do exercício. Além disso, ainda não é possível prever com exatidão a expectativa de consumo para o exercício de 2020/2021, pois a incidência de enfermidades não permite previsão precisa, sendo possível estimar apenas um consumo aproximado. Portanto, a compra conforme a demanda é mais uma vantagem do sistema de Registro de Preços.

IV – Por fim, o registro de preços contempla a sistemática da IRP (Intenção de Registro de Preços), permitindo a contratação para atendimento de mais de um órgão da Administração Pública, gerando economia de escala com o aumento do quantitativo a ser licitado.

Registre-se que não há Registro de Preços vigente ou compromissário para fornecimento de materiais hospitalares ao TRE-RO. E que não se identificou outra ARP que contemplasse o rol de produtos ora pretendidos. Dadas as circunstâncias, entendemos pertinente a adoção do sistema de registro de preços, fundada no art. 3º e incisos, do Decreto 7.892/2013, observadas as alterações promovidas pelo Decreto 8.250/2014.

4.2.1 DO REGISTRO DE IRP:



Em atenção ao disposto no Art. 4º do Decreto n. 7.892/2013, a Seção de Assistência Médica manifesta-se favoravelmente ao registro de Intenção de Registro de Preços (IRP) por entender ser iniciativa salutar, que pode contribuir para o ganho em escala, caso haja interesse por outros órgãos integrantes do sistema SIASG.

No caso de outros órgãos manifestarem interesse em aderir à intenção de registro de preços - **no novo prazo de 8 (oito) dias úteis fixado pelo Decreto n. 9.488/2018** - deverão encaminhar as seguintes informações mínimas:

- I – Quantitativo total;
- II – Quantitativo mínimo por aquisição (de cada item do lote);
- III – Cronograma de aquisição;
- IV – Endereço completo do local de entrega;
- V – Disponibilidade orçamentária;
- VI – Responsável pelo recebimento (nome, telefone e função).

Considerando a busca pela economia de escala, **será indeferida, de plano, a solicitação de adesão à IRP cujo quantitativo mínimo seja inferior a 100% (cem por cento) do quantitativo mínimo estipulado por este TRE-RO no cronograma previsto no Capítulo 5, item 5.1** deste TR.

4.2.2 DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES DO CERTAME:

Durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal ou órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência deste órgão gerenciador e aceitação do fornecedor.

JUSTIFICATIVA exigida pelo Acórdão n. 495/2018 - TCU - Plenário: Justifica-se a possibilidade de adesão: **a)** em razão das características dos materiais, de emprego bastante usuais na maioria dos serviços médicos dos órgãos da Administração. Assim, por certo haverá interesse na utilização da futura ARP; **b)** além disso, a previsão de fornecimento para órgãos aderentes também tornará o certame mais atrativo aos fornecedores, o que refletirá de forma positiva na sua competitividade e a obtenção de proposta mais vantajosa à Administração.

De acordo com o Art. 22, § 3º do Decreto n. 7.862/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50%**

(cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

De acordo com o Art. 22, § 4º do Decreto n. 7.862/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro do quantitativo** de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, redação dada pelo art. 22, § 4º, do Decreto n. 7.862/2013.

No procedimento de Adesão à ARP, será observado o disposto no Decreto 7.892/2013, **com as alterações promovidas pelo Decreto n. 9.488/2018 e as ORIENTAÇÕES DA SGMP E AGU, publicadas no PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL em 04/10/2018** - e, por fim, na Instrução Normativa nº 04/2008 deste Tribunal.

5.0 DO VALOR E DA PREVISÃO DE AQUISIÇÕES

Nos termos do art. 15, §2º, do Decreto 10.024/19, o valor estimado do certame será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

5.1 DO CRONOGRAMA DE AQUISIÇÕES

Por fim, o quantitativo registrado não vincula a Administração à sua aquisição, o que ocorrerá de acordo com a necessidade e a disponibilidade orçamentária. Nessas circunstâncias, buscar-se-á a contratação dentro do cronograma abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	APRESENTAÇÃO	Qtd	ENTREGA - 2 SEMESTRE DE 2020	ENTREGA - 1 SEMESTRE DE 2021
1	Soro fisiológico 0,9%, 100 ml frasco, estéril prazo mínimo de validade remanescente de 18 meses	FRASCO	50	25	25
2	Clorexidina degermante 02%, frasco com 1l, prazo mínimo de validade remanescente de 24 meses	FRASCO	10	5	5
3	Clorexidina digluconato 0,5 % alcoólica,	FR	6	3	3



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

	uso externo, pronta para uso, tipo riohex, com 1000 ml, com prazo de validade mínima remanescente de 1 ano				
4	Seringa descartável com agulha 25x7, capacidade 3 ml, prazo mínimo de validade remanescente de 18 meses	UNIDADE	100	50	50
5	Hastes flexíveis com ponta de algodão, caixa com 150 unidades. Prazo mínimo de validade remanescente de 18 meses	CAIXA	20	10	10
6	Curativo adesivo pronto, medindo 1,9cm x 7,6 cm , prazo mínimo de validade remanescente de 18 meses	UNIDADES	2000	1000	1000
7	Caixa coletora para perfurocortante. Alça dupla para transporte. Contra-trava de segurança. Produzido de acordo com NBR 13853, revestimento interno que evita perfurações e vazamentos. Capacidade total de 3 litros. Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses.	UNIDADE	50	25	25
8	Absorvente íntimo externo sem abas com validade mínima remanescente de 18 meses, pacote com 8 unidades	PACOTE	100	50	50
9	Campo operatório, 100% algodão, descartável 45x50 cm, pacote c/ 50 unidades. Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses.	PACOTE	6	3	3
10	Compressa gaze, material tecido 100% algodão, descartável, tipo 13 fios/cm2, modelo cor branca, isenta de impurezas, 8 camadas, largura 7,50 cm, comprimento 7,50 cm, 5 dobras. Pacote	PCT	30	15	15



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

	com 500 unidades. Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses.				
11	Agulha com tamanho 30X7 descartável com bisel trifacetado siliconizado. Caixa com 100 unidades Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses	UNIDADE	500	250	250
12	Agulhas de acupuntura 0,25x15 cabo espiral inox, esterilizada com mandril de plástico. Deve ser apresentada CAIXA COM 1000 UNIDADES, EMBALADAS de 10 em 10, com um mandril p/ cada 10 agulhas. Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses.	UNIDADE	40.000	20.000	20.000
13	Envelope para esterilização, Papel Grau Cirúrgico (Gramatura mínima 60 G/m2) 9 x 26 cm, tipo fechamento auto-selante. Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses.	UNI	4000	2000	2000
14	Envelope para esterilização, Papel Grau Cirúrgico (Gramatura mínima 60 G/m2), largura 15 x 25, tipo fechamento auto-selante. Prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses.	UNI	4000	2000	2000
15	Touca descartável sanfonada, confeccionada, com elástico especial em todo o perímetro da touca. 100% polipropileno tamanho 19" (45 x 50 cm), PACOTE COM 100 UNIDADES. Com prazo de validade mínimo remanescente de 3 anos.	PCT	20	10	10



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

16	Água destilada - 5l - Com prazo de validade mínimo remanescente de 18 meses.	GALÃO	10	5	5
17	Luvas cirúrgicas estéreis, tamanho 6,5 com prazo de validade mínima remanescente de 18 meses	UN	20	10	10
18	Luvas cirúrgicas estéreis, tamanho 7,5 com prazo de validade mínima remanescente de 18 meses	UN	20	10	10
19	Luvas de procedimento de látex tamanho PP, ambidestra, com superfície texturizada, sem pó, caixa contendo 100 unidades.	CX	20	10	10
20	Algodão, tipo hidrófilo, apresentação em bolas, material alvejado, purificado, isento de impurezas, esterilidade não estéril, pacote com 100G. Com prazo de validade mínima remanescente de 18 meses	PCT	20	10	10
21	Fio sutura, material seda, composta de fibroína, com perda gradual de força tênsil com o decorrer do tempo, tipo fio 4-0, cor preto trançado, comprimento 45, características adicionais com , agulha, tipo agulha 1/2 círculo cortante, comprimento agulha 1,7 cm estéril. Marca sugerida: Ethicon ou marca equivalente ou de melhor qualidade. Com prazo de validade mínima remanescente de 18 meses.	UNI	72	36	36
22	Fita adesiva autoclave confeccionada com dorso de papel crepado à base de	UN	6	3	3

	celulose. Recebe, em uma de suas faces, massa adesiva à base de borracha natural, óxido de zinco e resinas e, na outra face, uma fina camada impermeabilizante de resina acrílica. Ideal para o fechamento de pacotes que serão esterilizados em autoclave, funciona como indicadora de esterilização, pois possui listras diagonais de tinta termoreativa que, quando submetidas à esterilização, mudam sua coloração de branco para preto. 19mm x 30m. Com prazo de validade mínima remanescente de 18 meses.				
23	Lençol descartável de polipropileno, com elástico, cor branca para maca. Com prazo de validade mínima remanescente de 18 meses.	UNI	300	150	150

6.0 DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

O objeto deste Termo de Referência será custeado pelo Orçamento Ordinário deste Tribunal, conforme demonstrado no quadro abaixo:

CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Ordinário - Manutenção Geral
AGREGADOR	Assistência Médica e Odontológica
DESPESA AGREGADA	Material de Consumo Médico e Odontológico
PLANO INTERNO	AOSA MATMOD

7.0 DO CERTAME, CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO E ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO



7.1. ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Tratam-se bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado. É possível afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos equipamentos. Dessa forma, deverá ser adotada a modalidade de pregão, na forma eletrônica, para formação registro de preços, do tipo menor preço, **por item**, na forma de fornecimento parcelado, consoante as condições definidas neste TR.

7.1.1 Para a seleção da proposta mais vantajosa da aquisição pretendida, sugere-se que seja adotado o **modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 0,5 (meio ponto percentual) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.**

7.2 DA APLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO CERTAME. A exclusividade na participação de ME/EPP decorre da LC 123/2006 e do do art. 6º do Decreto Federal n. 8.538/2015, haja vista tratar-se de licitação por itens com preços estimados inferiores ao teto legal.

7.3. DAS CONDIÇÕES GERAIS: A aceitação das propostas e o recebimento do objeto deverão obedecer aos seguintes parâmetros:

- I - A proposta deverá informar, **necessariamente, a MARCA e o MODELO** do objeto ofertado.
- II - O Pregoeiro poderá solicitar ao licitante, informações mais detalhadas do objeto ofertado, podendo, inclusive, solicitar prospecto do item, assinalando prazo de até 02 (duas) horas para o envio, sob pena de recusa da proposta.
- III - Independentemente da alínea anterior, ocorrendo qualquer tipo de dúvida acerca da proposta da empresa licitante, este Tribunal se reservará ao direito de solicitar ou não o envio de amostra para análise, a qual deverá ser apresentada no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de desclassificação da proposta;
- IV - O envio e a devolução da amostra de material previsto no item anterior devem correr a expensas da empresa licitante. A Administração reserva-se o direito de reter a amostra até o fornecimento do item adjudicado, a fim de verificar a compatibilidade da amostra com o item efetivamente entregue.
- V - Os materiais deverão estar estritamente de acordo com as especificações exigidas, inclusive no que diz respeito às especificações de embalagens, validades e garantias;



VI - Salvo se expressamente constar na especificação do objeto, não serão aceitos materiais que tenham sido objeto de quaisquer processos de recondicionamento e ainda os que se apresentarem fora das embalagens originais de seus fabricantes;

VII - As embalagens dos materiais deverão conter as respectivas especificações técnicas dos mesmos e as informações concernentes a seus fabricantes ou importadores;

VIII - O período de garantia e o prazo de validade remanescente serão contados a partir da entrega do material, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório emitido pela Seção de Assistência Médica e Social. Quando não expressos nas especificações dos materiais, o período de garantia e o prazo de validade remanescente não poderão ser inferiores a 12 (doze) meses.

7.4 DO CRITÉRIO ESPECÍFICO DE HABILITAÇÃO

a. As licitantes com atividades reguladas pelas resoluções RDC ANVISA n. 17, de 28 de março de 2013 e RDC ANVISA n. 16, de 1º de abril de 2014, deverão apresentar a comprovação de Autorização de Funcionamento (AFE) expedida pela ANVISA. (<https://consultas.anvisa.gov.br/#/empresas/empresas/>)

b. SOB PENA INABILITAÇÃO DA LICITANTE: Tratando-se de documento habilitatório (art. 26 do Decreto n. 10.024/2019), as licitantes deverão apresentar a referida comprovação junto com a proposta, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas e da documentação.

8.0 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I - Homologado o resultado da licitação, a adjudicatária será formalmente convocada para retirar, assinar e devolver a Ata de Registro de Preços que firmará o compromisso para futura aquisição, a qual corresponderá à minuta da Ata de Registro de Preços anexa ao edital adaptada à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 8.666/93.

a) a adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do TRE-RO, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI;

b) após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a adjudicatária será convocada, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura da Ata de Registro de Preços, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação;

c) O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.



II - Como condição para celebração da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária deverá comprovar, no ato de sua assinatura, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça.

III - Com fundamento no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no Art. 27, § 3º c/c Art. 28, ambos do Decreto n. 5450/2005, ao adjudicatário regularmente convocado que não comprovar a regularidade exigida pelo item II deste Capítulo ou não assinar a ata de registro de preços, **será aplicada a multa de 30% (trinta por cento) do valor a ele adjudicado.**

IV - É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado (parágrafo único do artigo 13 do decreto 7.892/2013).

V - A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

VI - Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 01 (um) ano, podendo ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei n. 8.666/93 na forma disciplinada pelo edital do certame.

9.0 DO CONTRATO – OBRIGAÇÕES DAS PARTES, PAGAMENTO E PENALIDADES

I - O Contrato de fornecimento será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

II - Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a compromissária deverá apresentar regularidade junto ao **SICAF** e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

III - A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela compromissária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela compromissária.



IV - A compromissária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

V - Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução da compromissária.

VI - O descumprimento injustificado, pela compromissária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), **sujeitando-se a compromissária, também, à multa de 30% (trinta por cento)** incidente sobre o valor adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).

9.1. A Administração se obriga a:

a) requisitar o fornecimento dos materiais somente mediante emissão e entrega de Nota de Empenho de Despesa à compromissária do certame. A requisição dar-se-á conforme a existência de demanda de consumo deste Tribunal e recursos orçamentários disponíveis;

b) efetuar o recebimento provisório dos produtos entregues, no ato da entrega dos mesmos, acompanhados da Nota Fiscal, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório de Materiais emitido pela Seção de Assistência Médica do TRE-RO;

b.1) O recebimento provisório do produto entregue não implica sua aceitação.

c) efetuar o recebimento definitivo dos produtos entregues, após a verificação do cumprimento das especificações dos produtos, nos termos deste Termo de Referência e da proposta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo de Materiais emitido pela Seção de Assistência Médica do TRE-RO.

d) recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pela Seção de Assistência Médica do TRE-RO, do qual deverá explicitar a razão da recusa do produto, os materiais entregues em que se tenha constatado:

d.1) produtos em desacordo com especificações estabelecidas neste termo de referência e na proposta da contratada;

d.2) produtos em embalagem não original do fabricante;

d.3) produtos em embalagem sem as respectivas especificações técnicas do produto e as informações concernentes a seus fabricantes ou importadores;

d.4) produtos que tenham sido objeto de quaisquer processos de condicionamento;



d.5) produtos com período de garantia e o prazo de validade remanescentes inferiores a 12 (doze) meses, ou conforme especificado no objeto, contados da entrega do produto;

d.6) produtos apresentarem com quaisquer vícios de qualidade ou impropriedades para o uso.

e) efetuar o pagamento, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir de o recebimento definitivo ser atestado no verso da Fatura/Nota Fiscal pela Seção de Assistência Médica deste TRE-RO, sendo efetuadas as retenções legais.

e.1) no ato do pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho;

e.2) nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à futura contratada, observado o disposto no 8.3 deste instrumento;

e.3) nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = (6/100) \quad I = 0,00016438$$

$$365$$

$$365$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.



e.4) a compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

9.2. Além de observar e cumprir as demais obrigações estabelecidas no Edital e nos seus anexos e Termo de Referência, respectivamente, obriga-se a futura contratada a:

a) entregar os materiais no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da retirada da Nota de Empenho;

a.1) a contratada deve entrar em contato através dos telefones nº (69) 3211-2041 / 3211-2044 / 3211-2039 para efetuar o agendamento da entrega.

a.2) o material solicitado deverá ser entregue na Seção de Assistência Médica e Social do Tribunal Eleitoral Regional de Porto velho –RO situado na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP: 76805-901, mediante prévio agendamento.

b) substituir o material recusado, mediante agendamento, às suas expensas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias consecutivos, contados a partir do recebimento do Termo de Recusa de Material;

c) recolher, mediante agendamento, a suas expensas, depois de efetuada a regular substituição, o material recusado, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir do vencimento do prazo estipulado para substituição.

c.1) Expirado o prazo previsto para recolhimento do material recusado, este Tribunal se reservará o direito de proceder à devolução dos materiais recusados, preferencialmente através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT, e descontará o valor das respectivas despesas do crédito a que faça jus a contratada, em razão da efetiva e regular entrega dos materiais que lhe foram empenhados;

c.2) Na hipótese de não existência de créditos em haver para com a contratada e ante o não recolhimento dos materiais recusados por parte da mesma e esta, mesmo após devidamente notificada, não emitir qualquer manifestação acerca da questão, fica este Tribunal no direito de efetuar o descarte dos materiais recusados da forma que melhor lhe convier, se ultrapassados 60 (sessenta) dias da notificação.

d) solicitar, se necessário, dentro do prazo de entrega, substituição ou recolhimento de materiais, a prorrogação do mesmo, a qual deverá ser devidamente justificada e dirigida à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos.



d.1) somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO.

e) Manter-se, durante toda a execução do contrato, e apresentar no momento do pagamento compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça;

f) Comunicar, por escrito e imediatamente ao TRE-RO, na vigência do Contrato, a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

g) responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

h) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas a acordo entre as partes.

9.3. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento injustificado das obrigações de entrega e de substituição de produto recusado sujeita a Contratada à multa de 1% ao dia, até o limite de 10 (dez) dias, aplicada sobre o valor da parcela inadimplida, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

Quanto ao descumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato para cumprimento de obrigação contratual, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, tais como regularidade perante o SICAF, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça, sujeita-se a contratada à aplicação das seguintes sanções:

a) primeiro atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 1% (um por cento), aplicada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa, se esta já houver sido emitida;



b) segundo atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 2% (dois por cento), aplicada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa, se esta já houver sido emitida;

c) terceiro atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 3% (três por cento), aplicada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa, se esta já houver sido emitida;

d) Quarto atraso injustificado de até 1 (um) dia ou primeiro atraso injustificado superior a 1(um) dia poderá caracterizar a inexecução contratual.

Se a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

As sanções aqui previstas podem ser cumuladas com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.

Se a adjudicatária ou contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela SELIC. Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União.

Os procedimentos a serem adotados em cada penalidade estão descritos no Capítulo VI – Das Sanções Administrativas da Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO.

As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

10.0 DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

A Gestão do contrato será realizada pelo titular da Seção de Assistência Médica, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

A Fiscalização do contrato será realizada pela servidora Elisângela Alves Silva Tivanello, e na sua ausência, pelo servidor Cleimar Carlos Bach, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros no Relatório de Serviços.

Os procedimentos adotados são os previstos neste Termo de Referência, na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008 e na legislação em vigor.



Documento assinado eletronicamente por **DAIANA MAZOTTI FERRAZ REIS, Chefe de Seção**, em 08/05/2020, às 13:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0532783** e o código CRC **B4B32FC2**.

0000195-25.2020.6.22.8000

0532783v3

Criado por 012226812356, versão 3 por 012226812356 em 08/05/2020 13:06:35.